



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

**V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS**

**IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**Eixo: Fundamentos do Serviço Social**

**Fundamentos, ideias e posicionamentos de Marilda Vilela  
lamamoto em torno da questão social no brasil**

**RESUMO:** O presente trabalho é fruto da análise de parte da obra mais recente da professora Marilda Villela Imamoto, intitulada: “*Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*”, no qual atentamos para o segundo capítulo: “*Capital fetiche, questão social e Serviço Social*”. O objetivo é sistematizar as principais idéias e posicionamentos da autora em torno da *questão social* em tempos de capital financeiro. Esse artigo é resultado de pesquisa bibliográfica, ancorada nas apreensões do materialismo histórico dialético. Espera-se que esse trabalho contribua para análise crítica em torno dos debates sobre a *questão social* em tempo de capital fetiche.

**Palavras-chave:** Questão social. Capital financeiro. Serviço Social. lamamoto.

**ABSTRACT:** The present work is the result of part of the most recent work by professor Marilda Villela Imamoto, entitled: “*Social Service in a time of fetish capital: financial capital, work and social question*”, in which we pay attention to the second chapter: “*Fetish capital, question and Social Service*”. The objective is to systematize the author's main ideas and positions on the social issue in times of financial capital. This article is the result of bibliographic research, anchored in the apprehensions of dialectical historical materialism. It is hoped that this work will contribute to a critical analysis around the debates on social issues in a time of fetish capital.

**KEYWORDS:** Social issues. Financial capital. Social Service. lamamoto.

## **INTRODUÇÃO**

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma sucinta análise das inflexões do atual contexto de financeirização do capital na “questão social” e, concomitantemente, no Serviço Social brasileiro, a partir das reflexões de Marilda lamamoto. Trata-se de uma pesquisa fundamentada na obra “*Serviço Social em tempo de capital fetiche*”, especificamente o Capítulo II “*Capital Fetiche, questão social e Serviço Social*”.



De caráter bibliográfico, o texto que segue, discutirá o processo de financeirização do capitalismo, apontado como pedra de toque da reorganização capitalista diante da crise estrutural do capital, iniciada em 1970, em curso até nossos dias.

Sem dúvidas, compreender o atual contexto, a fase tardia do capitalismo, não é uma tarefa fácil, mas certamente necessária, principalmente com relação a profissão do Serviço Social, que tem nas expressões da “questão social” o seu objeto de estudo.

Ao concordamos com as análises de Marilda lamamoto e referendando a contribuição da obra para o debate em torno do agudizamento das expressões da “questão social”, em um primeiro momento, iremos expor o atual contexto de mundialização financeira do capitalismo, para assim, contextualizarmos o atual debate sobre a “questão social” na profissão.

O método luz da nossa análise, é o materialismo histórico-dialético, pois partimos do entendimento que ele subsidia a compreensão dos aspectos que dão concretude a totalidade social, que é a sociedade capitalista, a partir dos seus nexos contraditórios.

## 1 DESENVOLVIMENTO

### 1.1 As particularidades históricas para analisar a *questão social* no brasil

O primeiro aspecto a se considerar na análise de lamamoto, em todas as suas publicações, quando se trata da *questão social* é o contexto histórico, no qual a autora demarca a emergência da questão social, situando-a na primeira república no final do século XIX. É nesse sentido que em “*Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro e questão social*”, para situar a questão social na contemporaneidade, lamamoto (2014) destaca a importância de considerar as particularidades históricas na análise da questão social no Brasil.

Ela afirma que “o “moderno” foi construído por meio do “arcaico”, recriando nossa herança patrimonialista ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-as no contexto de mundialização do capital sob hegemonia financeira” (2014, p. 128), ou seja, o “moderno” e o “arcaico” se relacionam, se encontram por diversas intencionalidades. Na realidade brasileira, essa característica, é própria da herança da colonização portuguesa, fundamentada nos princípios do patriarcado, do coronelismo e do patrimonialismo.

A partir dessa análise, lamamoto (2014), elenca quais às determinações históricas redimensionam a *questão social*, pontuando as particularidades da formação histórica



brasileira e o seu enfrentamento, mediante a conjuntura de desenvolvimento capitalista. É importante destacar que o caráter modernizador do desenvolvimento de uma burguesia nacional ocorreu por meio da conservação dos aspectos agrários, coronelistas, próprios da formação social brasileira, de uma burguesia que é instituída como dominante sem romper com as velhas práticas do período de colonização.

Nesse sentido, recriam-se heranças conservadoras<sup>1</sup> tais como: patrimonialistas, clientelistas, autoritárias, antidemocráticas. Essas são consideradas conservadoras, porque são heranças preservadas de um legado português que refletiu na trajetória brasileira e é enraizado na sociedade contemporânea.

As expressões culturais, políticas e sociais da formação social brasileira incidem na relação estabelecida entre o Estado e a sociedade civil, enfraquecem o poder organizativo da classe trabalhadora, impondo uma formatação de enfrentamento das expressões da *questão social* transfigurada pelo particularismo, pela individualização, pela prática do favor e não pela perspectiva do direito.

Um exemplo dessas expressões na conjuntura é a troca de favores que satisfaz os interesses privados em detrimento do coletivo. No caso do clientelismo, explicado com o jargão “o jeitinho brasileiro”. Lamamoto expõe de forma brilhante os aspectos elementares para a compreensão do caráter autoritário e antidemocrático, constituído desde o império, presente até os dias atuais, por ter dado continuidade ao arcaico e ao conservador da nossa formação. Nesse sentido, a autora defende uma modernização conservadora, em que:

Com a “modernização conservadora”, verifica-se uma aliança do grande capital financeiro, nacional e internacional, com o Estado nacional, que passa a conviver com os interesses oligárquicos e patrimoniais, que também se expressam nas políticas e diretrizes governamentais (2014, p.140).

Outro elemento elencado por lamamoto, como particularidade da formação social brasileira é a “revolução passiva” em que as heranças foram conservadas através do modelo de “revolução pelo alto”, ou seja, em que as transformações foram verticais, de cima para baixo, nos termos de Gramsci.

Dessa forma, problematizamos como a *questão social* é compreendida e enfrentada na sociedade brasileira? Ela é enfrentada por meio das velhas práticas oligarquias, adaptando o clientelismo, patrimonialismo para atender as novas exigências de produção, já que segundo lamamoto (2014), a burguesia brasileira tem suas raízes profundamente

---

<sup>1</sup> Para aprofundar nesse assunto ler Sergio Buarque de Holanda em “*Raízes do Brasil*” e Raymundo Faoro em “*donos do poder*”.



imbricadas às bases do poder oligárquico e à sua renovação diante da expansão dos interesses comerciais, financeiro e industriais.

Sabemos que um dos problemas do atraso da sociedade brasileira se dá pela propriedade de terra na sociedade capitalista e para explicar esse período autora usa como referência José de Sousa Martins com a sua obra: *O poder do atraso*, em que o autor fala das lutas pela terra, das ligas camponesas e da influência da igreja. O autor parte de Florestan Fernandes para explicar as relações sociais em atraso do Brasil como uma necessidade do capital em desenvolvimento.

É sobre esses moldes que a revolução burguesa no Brasil<sup>2</sup> se gesta. É assim, marcada com o selo do mundo rural, tomando a classe dos proprietários de terra como um de seus protagonistas. A oligarquia cafeeira cede o espaço político, econômico e cultural a burguesia nascente, como fruto de desenvolvimento industrial. Com a “modernização conservadora”, verifica-se uma aliança do grande capital financeiro, nacional e internacional com o Estado nacional, que passa a conviver com os interesses oligárquicos e patrimoniais, que também se expressam nas políticas e diretrizes governamentais (2014, p.140). Diz Yamamoto:

As desigualdades agravam-se e diversificam-se, expressas nas lutas operárias, nas reivindicações do movimento negro, nas lutas pela terra, pela liberdade sindical e pelo direito a greve, nas reivindicações em torno dos direitos da saúde, à habitação, à educação, entre outros.

Ao longo do desenvolvimento histórico brasileiro, em que a história das relações sociais de reprodução está imbricada e determinada pelo alcance pleno das forças produtivas na sociedade de classes, observamos momentos de maior e menor intervenção nas expressões da questão social, ora como caso de polícia, ora como caso de política, mediada pela correlação de forças entre as classes.

O caráter conservador, tipicamente brasileiro, é fundamento da forma de enfrentamento das expressões da *questão social*. Ao passo que o capitalismo trilha o caminho do desenvolvimento na realidade brasileira. As funções do Estado são tonificadas para atender e garantir a plenitude do processo de dominação. No entanto, a necessidade de legitimação e de consenso entre as classes, mediadas pelo Estado, não significa ações na perspectiva do direito, ao contrário, mesmo com o avanço do poder organizativo dos/as trabalhadores/as, o Estado em momentos de variação, permanece intervindo de forma a

---

<sup>2</sup> Ler: A revolução burguesa no Brasil: ensaios de uma interpretação sociológica de Florestan Fernandes.



individualizar, responsabilizando os sujeitos sociais pelas aflições sociais. Essa é uma realidade constante na concretude das expressões sociais na dinâmica brasileira.

Vejamos, lamamoto (2014, p. 144):

Esse cenário, de nítido teor conservador, atinge as formas culturais, a subjetividade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias. Estimula um clima de incertezas e desesperanças. A debilidade das redes de sociabilidade em sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um “é livre” para assumir riscos, opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais.

Assim, o debate realizado por lamamoto, coloca a ação conservadora, baseada e elencada na problemática da formação social brasileira e no atendimento das necessidades do capitalismo internacional como uma tendência que perdura os percursos históricos e adentra a vida objetiva e subjetiva dos sujeitos sociais que compõem a classe trabalhadora.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 2.1 O estágio monopolista do capital sob o domínio do capital financeiro e o debate da *questão social*

O contexto histórico ao qual lamamoto traça suas reflexões, refere-se ao estágio monopolista do capital, em sua fase tardia, momento em que a economia passa a ser dominada pelo capital financeiro, correspondente a estratégia de saída de crise, iniciada em 1970, como já aludido, em curso até os nossos dias.

A crise estrutural do capitalismo proporcionou profundas transformações societárias, advindas do processo de reorganização do capitalismo, que capitaneou a reestruturação produtiva, a mundialização financeira, a revolução informacional, instituindo, inclusive, novos mecanismos de gestão para o trabalho. (MOTA, 2010).

Partilhamos da concepção da autora que esse contexto histórico apresenta uma guinada do capitalismo, a qual aprofunda a contradição e alcança aspectos societários de profundas modificações no trato da reestruturação produtiva, nas funções do Estado e nas relações sociais societárias como um todo. O capitalismo financeiro, que se traduz pela soma das instituições financeiras com o capital industrial – passa a determinar todo o processo de desregulamentação do mundo do trabalho, ditando a forma acumulativa da atual fase do capitalismo. O processo de financeirização assume processos inéditos, por



meio da gestão, não apenas da forma produtiva, como também as determinações políticas, culturais e sociais da reprodução. (IAMAMOTO, 2007).

O processo de mundialização do capitalismo ocorre por meio dos grupos industriais e transnacionais, diante de um contexto de desregulamentação e liberação da economia. O processo de financeirização é a pedra de toque para a realização da mundialização do capitalismo, a qual, através do processo de valorização na esfera produtiva, determina o processo de desregulamentação, instituindo o processo de reestruturação produtiva às transformações no aparelho do Estado, ao projeto neoliberal e a voga pós-moderna no campo cultural.

Segundo Iamamoto (2007) o processo que provocou a “nova” forma de determinação do ciclo lucrativo do capital, com sua centralidade no capital financeiro, foi definido nas reuniões das grandes instituições que compõe o rol da ordem metabólica do capitalismo. O Consenso de Washington, o Tratado de Marrakesh e o Tratado de Maastricht, são exemplos destes acordos, estabelecendo um quadro políticos e jurídico de liberalização e privatização pelos agentes responsáveis pelo setor financeiro.

A economia vivenciou forte crescimento, uma onda longa expansiva durante o período que ficou conhecido como os “anos gloriosos”, por meio do modelo acumulativo fordista, baseado na produção em massa. Entretanto, o período de crescimento logo começa a decair, instituindo um período de estagnação econômica. A perda lucrativa fez com que o Estados Unidos rompesse com o acordo monetário de Bretton Woods, que comandou as regras comerciais e financeiras dos países desenvolvidos mundialmente durante os anos de 1944 a 1971.

A quebra como o acordo Bretton Woods deu margem a primeira fase da liberalização e desregulamentação financeirização no atual contexto de mundialização do capital. A crise do capital industrial ocasionou o enfraquecimento das economias centrais, resultando em endividamento das principais economias mundiais. A criação de títulos da dívida pública vendidos aos países emergentes foi a principal saída para o capital, engrossando o caldo do capitalismo financeiro. A utilização do fundo público também se constitui como um dos processos que marca esta primeira fase de financeirização da economia mundial, por haver, diminuição nos investimentos dos programas sociais, eliminando as empresas públicas, ou seja, fortalecendo o privado em detrimento do público, amplificando, assim, a desigualdade no acesso aos serviços e programas sociais, principalmente, nos países de economia dependente. Esses elementos constituem a primeira fase de liberação da financeirização mundial.



A segunda fase de liberalização e desregulamentação financeira teve início em 1994, por meio das bolsas de valores, que passaram a ocupar o cenário mundial, com a compra e venda de ações de grupos industriais. Os grupos financeiros começam a investir o capital excedente, no capitalismo industrial, apostando na propensão lucrativa do trabalho do chão de fábrica.

O capitalismo financeiro é gerado pela especulação na propensão a lucrar, por isso, lamamoto (2007) destaca o investimento especulativo na extração da mais-valia presente na mais-valia futura (na propensão da existência desta mais-valia). Para isso, os investimentos do capitalismo financeiro centram-se na amplificação dos mecanismos de exploração, ocasionando mudanças no mundo do trabalho: Política de gestão; “enxugamento da mão-de-obra”; Intensificação do trabalho e aumento da jornada sem corresponder o aumento dos salários; Estímulo à competição entre os trabalhadores em um contexto recessivo, dificultando a organização sindical; Chamamento à participação para garantia das metas empresariais; Ampliação das relações de trabalho não formalizadas ou “clandestinas”, com ampla regressão dos direitos; Aperfeiçoamento técnico e a incorporação da ciência e da tecnologia no ciclo da produção.

A desregulamentação no mundo do trabalho começa na esfera financeira. A necessidade de reestrutura a economia e retornar à lucratividade exige do capitalismo estratégias que tratam, inclusive, de recuperar traços arcaicos, combinando o velho e o novo dentro de uma mesma dinâmica econômica. Dentro das empresas o capitalismo financeiro age: Criação de novas capacidades de produção; extensão das relações sociais capitalistas, voltadas a extração da mais-valia; repartição das receitas e definições das formas de emprego assalariado; na gestão da força de trabalho; determinando o perfil do mercado de trabalho.

O elemento novo deste processo é a perda da hegemonia dos bancos, que passam a dividir a participação dentro do capitalismo financeiro com outras instituições financeiras (seguros de vida; fundos de previdência privada por capitalização (fundos de pensão), fundos mútuos de investimentos e administradores de carteiras de títulos).

No atual estágio do capitalismo, a fase monopolista, com o estágio tardio, as funções do Estado são ampliadas, somando a sua função repressiva a sua função integradora. As funções do Estados tratavam-se de: subsidiar as condições necessárias para a produção; manter o controle da classe trabalhadora, evitando possíveis ameaças a ordem capitalista; e compor a classe dominante, garantindo a propagação ideológica. Na contemporaneidade há um alargamento destas funções, diante a mundialização do capital. Ao Estado é atribuído



além do controle das ameaças da classe trabalhadora sobre a classe dominante, a garantia da sua reprodução ideológica sobre a sociedade civil.

O capitalismo consegue por meio da financeirização uma retomada lucrativa -mesmo que esta não corresponda a uma onda longa expansiva – a qual trata de evidenciar de forma, ainda mais, profunda a ordem capitalista, firmada na relação desigual entre Capital X Trabalho. A desregulamentação do mundo do trabalho agrava a exploração e a desigualdade, a atualização do fundo público para a revitalização do capital inflexiona os investimentos no chamado custo trabalho, com redução dos direitos sociais, refletindo diretamente nas Políticas Sociais.

As ações do capital – diante deste processo de renovação – aprofunda a sua contradição fundante, tendo reflexões na destituição humana, instituindo o processo de barbarização social. A “questão social” que tem na sua raiz a contradição capitalista, passa a ser determinada pelas Políticas governamentais, favorecidas pela instância financeira somada ao capital produtivo e as empresas multinacionais.

Neste sentido, é de suma importância compreendermos a *questão social* a partir das atuais determinações econômicas mundiais, que passam a ser institucionalizadas pelo capitalismo financeiro. Analisar as atuais expressões da *questão social* no atual contexto não indica perder de vista a sua contradição estrutural e suas particularidades, instituindo uma nova questão social ao contrário disto, o processo de reorganização do capitalismo, em curso, não nos apresenta uma nova questão, aprofunda, na verdade, o processo contraditório, por meio do capitalismo financeiro, de produção e socialização da riqueza social, intensificando a alienação, o fetichismo e o estranhamento, apontando desafios ainda mais tonificados para a superação desta dada realidade.

A compreensão e análise sobre a *questão social* perpassam a sociabilidade capitalista e sua contradição fundamental, a exploração do trabalho e a apropriação privada. Logo, essa contradição é indissociável da *questão social*, pois é sua fundante. Por assim ser acompanha o percurso do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo e é mediada pela correlação de forças entre as classes sociais, expressa na função do Estado.

Segundo Yamamoto (2010, p. 158-160):

[...] a questão social expressa as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. É em meio a essas contradições que trabalha os assistentes sociais, com as múltiplas dimensões da questão social tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais, a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos.



Todavia, a categoria *questão social* é entrelaçada por diversas concepções teóricas, desde uma perspectiva conservadora até uma perspectiva crítica, isso significa dizer que essa categoria apresenta interpretações que vão desde a naturalização da pobreza até uma crítica fundamentada na lei geral da acumulação capitalista, na qual a *questão social* não é compreendida como algo natural, mas como resultante da contradição capital x trabalho.

Partindo da compreensão crítica, Lamamoto (2010) faz análise sobre os principais interlocutores conservadores e críticos da *questão social* e suas expressões. Diante disso, a autora reflete sobre as concepções conservadoras que envolvem a *questão social*, com base na tradição de Durkheim, oriunda da escola francesa, cuja compreensão é produzida e reproduzida de forma ampliada enquanto “disfunção” ou “ameaça” à ordem e à coesão social. Ou seja, a *questão social* além de ser compreendida como algo natural que permeia todas as formas de sociedade é vista, também, como uma ameaça ao fundamento do sistema capitalista, na medida em que a classe explorada ao se reconhecer como classe para si, organizada coletivamente, pode empreitar um projeto revolucionário, anticapitalista.

Dessa forma, a própria burguesia como classe dominante, ao abandonar seus princípios revolucionários de Liberdade, Fraternidade e Igualdade, passa a encontrar nos pensadores conservadores sua legitimidade intelectual e ideológica para manter a ordem, através da exploração do trabalho e naturalização da pobreza, ao mesmo tempo em que o Estado passa a intervir de forma pontual e paliativa nas expressões da *questão social*, no intuito de mediar a disputa política entre as classes.

Na contemporaneidade, esses elementos são atualizados sob um discurso de “nova questão”, resultante da “inadaptação dos antigos métodos de gestão do social”, produto da crise do “Estado Providência” e da crise da “relação salarial”<sup>3</sup>. A concepção de uma nova questão social implica em uma redução da totalidade expressa na relação contraditória e exploratória em que a burguesia estabelece com a classe trabalhadora. A *questão social* passa a ser vista como problemas sociais e as respostas dadas são através de mecanismos reguladores do mercado, da organização privada com a partilha do Estado, pela via de programas focalizados e descentralizados de “combate à pobreza e à exclusão social”.

Diante disso, Lamamoto (2010) menciona três armadilhas sobre essas concepções, que pleiteiam uma *nova questão social*: 1) a eliminação da dimensão coletiva do termo, reduzindo-o a uma dificuldade do indivíduo; 2) um discurso genérico, que redundaria em uma visão unívoca e indiferenciada da “questão social”, passando a ser esvaziada de suas

---

<sup>3</sup> Rosanvallon (1998) e Castel (200) são defensores da tese da nova questão social. O primeiro pelo debate do Estado providência e o segundo pela discussão da crise da sociedade salarial.



particularidades históricas; 3) vem acontecendo uma renovação da “velha questão social”, sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas na sociedade contemporânea, entretanto, isso não significa uma “nova questão social”.

Seguindo esse pensamento, podemos pontuar que a linha que percorrer o debate profissional brasileiro em torno da *questão social* é estabelecida no interior da interlocução entre a tradição marxista e o pensamento da escola Francesa. Como expoente, podemos citar Robert Castel, um importante estudioso sobre as “metamorfoses da questão social na Europa ocidental” na literatura francesa.

A tese defendida por Castel é de uma *nova questão social*, - cujo horizonte de observação foi uma Europa pós Estado de bem-estar social, marcada por uma crise estrutural salarial, proporcionada por uma crescente taxa de desemprego. A desagregação desse sistema questiona a função integradora do trabalho, apontando a *nova questão social*, como fruto do enfraquecimento da sociedade salarial. A defesa de Castel é por um Estado de bem-estar social forte e universal, por acreditar que o crescente número de inúteis para o mundo é fruto desse enfraquecimento.

Iamamoto (2010) realiza algumas críticas contundentes ao autor, pois ele não relaciona a *questão social* com as classes sociais, apenas situa no centro da ideia uma sociedade salarial, na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupa no assalariamento, não somente sua renda, mas também seu “status”, sua proteção e sua identidade, ou seja, a relação salarial assume o espaço da luta de classe, que é formalizada e deslocada para os mecanismos reguladores de um Estado soberano, supraclassista, apresentado como o Estado do conjunto dos trabalhadores, e não do capital: o Estado Social. A crise do capital é interpretada como crise da relação salarial e a regulação é consubstanciada na terceira via, difundida no imperativo da coesão social

Outro autor discutido por Iamamoto (2010) é o Pierre Rosavallon, também da escola Francesa. Defensor da concepção de “nova questão social”, com traços do conservadorismo ele compreende que o “Estado-providência” é insubstituível na manutenção da coesão social, mas deve ser reinstituído na perspectiva da solidariedade e não mais do direito social.

Para o autor quando a concepção de risco social se torna estável, ampliando a sua escala, perde sua pertinência como base da gestão do social, pois é substituído pela precariedade e vulnerabilidade, o que requer um novo contrato social. O autor propõe um “Estado-providência”, voltado ao novo direito de inserção social, capaz de “personalizar seus



meios de atuação”, pois em matéria de exclusão e desemprego de longa duração só existe situações particulares (IAMAMOTO, 2010).

Segundo lamamoto (2010, p.181):

A justiça é entendida por Rosanvallon como uma “arbitrariedade social”, uma “deliberação democrática”. O social médio tornou-se difícil de ser alcançado, sendo necessária a “individualização do social”. Para ela, o que fundamenta a existência de uma nova questão social é a negação da existência de classes sociais, a naturalização da desigualdade social, cujas manifestações são deslocadas para a esfera da gestão social. A sociedade é isenta de responsabilidades na produção da questão social, cujas raízes devem ser identificadas nas diferenças das biografias individuais.

Nesse contexto, lamamoto (2010) chama atenção para as particularidades históricas de cada país, o que torna temerosa a transferência pura e simples das conclusões Europeias sobre a *questão social* para realidade histórica brasileira. Dessa maneira, ela pontua que na literatura brasileira, o projeto de formação profissional reconhece a *questão social* a partir da contradição capitalista, tomando como ponto de partida a particularidade da formação sócio-histórica brasileira. O enfrentamento das expressões da questão é compreendida a partir da luta de classe e do papel interventivo do Estado, que embora sirva, majoritariamente, para legitimar a ordem capitalista, como uma categoria atravessada pela contradição, também serve aos interesses da classe trabalhadora.

De acordo com a autora a densidade teórica sobre o debate da *questão social* no Serviço Social, a partir da década de 90, segue rica trajetória, registrando contribuições que compreendem o tema sob ângulos diferenciados: a gênese e as determinações históricas e teóricas (IAMAMOTO; NETTO; CARVALHO), seus resultantes e desafios cotidianos do exercício profissional, as particularidades e expressões históricas no cenário Brasil, no continente latino-americano, pensando estratégias de enfrentamento.

Segundo Netto (2001), o termo *questão social*, datada da terceira década do século XIX, surge para dar conta do fenômeno da pauperização massiva que afligiu e ainda aflige a classe trabalhadora, a partir do desenvolvimento da sociedade capitalista. A visualização de uma nova *questão social* só seria permissível se estivéssemos diante de um novo cenário societário, o que não é verdade, dado o aprofundamento e avanço da produção e reprodução em meio a sociedade capitalista.

A compreensão da tradição marxista, da qual lamamoto aloca a *questão social* e suas expressões na dinâmica das relações de produção e reprodução capitalista e o agravamento de suas expressões, corresponde a própria dinâmica societária, ou seja, situar as expressões da *questão social* no cenário contemporâneo de financeirização da economia



mundial, exige desvelar mediações com o Estado, com a organização política da classe trabalhadora e com as inflexões ideo-políticas imputadas pela burguesia.

Da mesma forma, a compreensão para o enfrentamento é constituída por atitudes que reverberam ações. Estas têm como horizonte a superação do projeto da burguesia, em benefício do projeto da classe trabalhadora, defendendo os/as trabalhadores/as como sujeitos revolucionários, indispensáveis no enfrentamento e na superação da *questão social*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontamentos conclusivos, destacamos a importante contribuição de Marilda Imamamoto no tratado da pesquisa sobre a *questão social* em tempo de capital fetiche. Reafirmar a percepção crítica com base nas reflexões das relações sociais contemporânea é uma tarefa necessária e urgente, para prosseguir com o processo de desmistificação da realidade e, assim, contribuir com a luta social da classe trabalhadora.

Para tanto, a questão social é analisada pela autora com intuito de relacioná-la as tensões dos distintos projetos político-institucionais, situando as novas expressões sociais dentro da lógica do capitalismo, na fase tardia.

Destacamos que, embora Imamamoto reconheça o atual cenário capitalista, reorganizado sobre novas bases sociais, ideológicas, culturais, econômicas e políticas, não se perde de vista a contradição capitalista. A *questão social* é revalidada na emergência das relações sociais desiguais entre as classes e que passam a ser aprofundadas diante do avanço das forças produtivas do capitalismo, mediante correlação de forças entre Burguesia e Classe Trabalhadora.

Dessa forma, as análises da autora distanciam da tese de uma *nova questão social*, defendida pela Escola Francesa e revalida o debate de um aprofundamento na dinâmica capitalista, o qual tem ocasionado o agudizamento das expressões da *questão social*, caracterizada nas profundas transformações societárias, que se expressam mediante a particularidade da formação social de cada país.

## REFERÊNCIAS



CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário Petrópolis: Vozes, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Capítulo II – Capital fetiche, questão social e Serviço Social. In: \_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social, São Paulo: Cortez, 2007, p. 105-208.

MOTTA, Ana Elizabete. Crise Contemporânea e as Transformações na Produção Capitalista. **IN: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2010. pp. 01-18.

NETTO, Jose Paulo. **Cinco notas a propósito da questão social**. Temporalis. ABEPSS, Brasília, 2011.

ROSANVALLON, Pierre. **A Nova Questão Social**: Repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.